

## CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº .....

Pelo presente instrumento de contrato, o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CANOAS – CANOASPREV, com sede em Canoas - RS, na Avenida Inconfidência, nº 817, inscrito no CNPJ sob nº 05.550.055/0001-99, doravante denominado **CANOASPREV**, representado por seu Presidente ..... e de outro lado **XXXXXXXXXXXXXX**, com consultório em Canoas - RS, XXXXXXXXXX, nº X, inscrito no CRM sob nº XXXX, residente e domiciliada em Canoas - RS, inscrita no CPF sob nº XXXXXXXXX, doravante denominado simplesmente **CREDENCIADO**, têm entre si justas e acertadas as seguintes cláusulas contratuais:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços médicos de .....

**Parágrafo Único** - O CREDENCIADO poderá acrescentar outros locais para a prestação dos serviços, havendo concordância do CANOASPREV, mediante acordo escrito.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor mensal estimado deste contrato é de R\$ 5.040,00 mensais, considerando o limite de consultas estabelecido no item a) da cláusula terceira, bem como a demanda apresentada pelo FASSEM, ou de acordo com os atendimentos comprovadamente realizados.

O valor anual estimado deste contrato é de R\$ 60.480,00.

Os preços unitários dos serviços contratados são os constantes do Anexo I **Tabela de Parâmetros Remuneratórios**”, deste edital.

**Parágrafo Único** - O CANOASPREV se obriga pelo pagamento dos serviços prestados conforme “**Tabela de Parâmetros Remuneratórios**”, em anexo, aplicando os critérios a seguir:

- a) Para **consultas eletivas**, liberação via portal disponibilizado pelo CANOASPREV, mediante identificação do beneficiário de acordo com o parágrafo primeiro desta cláusula, no limite de 80(oitenta) consultas mensais.
- b) Toda consulta dará direito a uma **reconsulta** para conclusão do tratamento, no prazo de 15 (quinze) dias.
- c) Após a consulta será autorizada nova consulta com fator moderador de 50% (cinquenta por cento) pago no ato pelo beneficiário.

### **CLAUSULA TERCEIRA - DO ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS**

O CREDENCIADO atenderá aos beneficiários do CANOASPREV, mediante:

- a) Para **consultas eletivas**, liberação via portal disponibilizado pelo CANOASPREV, mediante identificação do beneficiário de acordo com o parágrafo primeiro desta cláusula, no limite de 100(cento) consultas mensais. O CANOASPREV pagará ao CREDENCIADO o valor da consulta menos o fator moderador vigente. O restante do valor será pago pelo beneficiário, devendo o CREDENCIADO efetivar a cobrança no ato do atendimento.
- b) Toda consulta dará direito a uma **reconsulta** para conclusão do tratamento, no prazo de 15 (quinze) dias.
- c) Após a consulta será autorizada nova consulta com fator moderador de 50% (cinquenta por cento)

**Parágrafo segundo-** São consideradas beneficiárias, para fins deste contrato, as pessoas portadoras de documento de identidade e carteira de beneficiário emitida pelo CANOASPREV, que lhe ateste e comprove tal condição, cujo atendimento se der dentro do prazo de validade e nas condições especificadas bem como a identificação do beneficiário de acordo com o parágrafo primeiro desta cláusula.

**Parágrafo terceiro** - Toda prestação de serviços será regida pelos princípios de economicidade e resolutividade, bem como os previstos no Regulamento Administrativo e normas estabelecidas vigentes à época.

**Parágrafo Quarto** - Será cobrado pelo CREDENCIADO, no ato do atendimento, o percentual relativo ao Fator Moderador, de acordo com a lei 4490/00 e regulamentada pelo regimento interno

### **CLÁUSULA QUARTA - FATURAMENTO**

Todos os serviços prestados em razão deste contrato deverão ser cobrados pelo CREDENCIADO através de emissão de faturas próprias contendo a Capa de fatura, o relatório dos serviços efetivamente prestados, declaração de fator moderador, as contas e/ ou autorizações, demais recibos e documentos correspondentes. (modelos anexos), que deverão ser entregues ao CANOASPREV, logo após a prestação dos mesmos, até o quinto dia útil do mês subsequente.

**Parágrafo Primeiro** – os procedimentos realizados, deverão ser faturados por paciente com a autorização prévia ou grade de consultas assinada com os dados do atendimento. (modelo anexo)

**Parágrafo Segundo** – o faturamento deverá ser mensal

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE**

Os valores contratados para pagamento dos serviços prestados poderão ser reajustados durante a vigência do presente contrato, através de proposta submetida à apreciação do CANOASPREV, observada a disponibilidade financeira do mesmo e valores praticados no mercado, não podendo ultrapassar os índices oficiais ou quaisquer outros que venham a ser determinados pelo Governo Federal.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO PARA PAGAMENTO**

O CANOASPREV realizará o depósito bancário ao CREDENCIADO em 45 (quarenta e cinco) dias a partir da data da apresentação da fatura, observadas as devidas condições para entrega, conforme descrito na CLAUSULA QUARTA.

**Parágrafo Único** - Os pagamentos terão como base de cálculo o previsto nas cláusulas anteriores, e servirá de cobertura para o presente contrato a dotação orçamentária de código: 30.02.11.331.0074.2213.0001 3.3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA AUDITORIA**

O CANOASPREV se reserva do direito ao mais amplo controle técnico administrativo de documentos, inclusive de acesso ao paciente, quando julgar necessário.

#### **CLAUSULA OITAVA - DAS GLOSAS**

O CANOASPREV apontará e justificará as glosas nos documentos que compõem a conta, através do relatório de glosas fornecido ao prestador de serviços, que poderá contestá-lo, encaminhando ao CANOASPREV todos os documentos originais para apreciação do auditor.

#### **CLÁUSULA NONA – DO PRAZO CONTRATUAL**

O contrato de credenciamento terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual e necessário período em até 60 (sessenta) meses.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS EXCLUSÕES**

Ficam excluídos da cobertura do presente credenciamento todos os procedimentos estéticos e não éticos, bem como os em fase experimental.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CANOASPREV com a apresentação das devidas justificativas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Em caso de descumprimento das obrigações contratuais, o CONTRATADO ficará sujeito as seguintes penalidades:

- I. Advertência escrita, para a correção de irregularidades que não possuam gravidade suficiente para caracterizar infração passível de levar a uma medida mais drástica;
- II. Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso no cumprimento de qualquer das obrigações, calculada sobre o valor total do contrato, atualizado monetariamente, desde o primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, que deverá ocorrer no prazo de 07 (sete) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;
- III. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, obedecendo o seguinte critério:
  - a. no caso de inexecução parcial do contrato e rescisão unilateral, a multa moratória será aplicável sobre o montante inadimplido, atualizado até o momento da notificação para apresentação da defesa;
  - b. no caso de inexecução total do contrato, a multa moratória será aplicável sobre o valor nominal do ajuste, atualizado até o momento da notificação para apresentação da defesa.
- IV. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, na ocorrência de rescisão unilateral do contrato, além da aplicação das multas moratória e compensatória, quando for o caso, à contratada será aplicada, cumulativamente, a pena de:
  - a. suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de um ano, no caso de inexecução parcial do contrato;suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de dois anos, no caso de inexecução total do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO**

Qualquer das partes poderá denunciar o presente, desde que notifique a outra com antecedência de 30 (trinta) dias. O descredenciamento não quita débitos que porventura ainda não estejam saldados.

**Parágrafo Único** – O credenciamento poderá ser rescindido por iniciativa do CANOASPREV, sem necessidade de notificação, interpelação ou qualquer comunicação ao CREDENCIADO, se este exigir do beneficiário qualquer pagamento adicional pela prestação de serviços oferecida, que não esteja expressamente prevista na Legislação do CANOASPREV e/ou no Contrato de Credenciamento, ou se ocorrer inobservância de quaisquer das cláusulas, condições ou obrigações decorrentes das aqui previstas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DOS DOCUMENTOS ANEXOS**

Integram o presente contrato, na forma de ANEXOS, os seguintes documentos:

- a) Tabela de Parâmetros Remuneratórios (Anexo I);

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Canoas, para dirimir as questões decorrentes deste Contrato.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente CONTRATO DE CREDENCIAMENTO, em duas vias de igual teor e forma, as quais vão assinadas por seus representantes legais.

Canoas, .... de ..... de 2020.

.....  
Presidente do CANOASPREV

.....  
Credenciado

Testemunhas: